



A Prática Discursiva das Altas Habilidades e o Imperativo da Inclusão na Educação Neoliberal Contemporânea¹

The Discursive Practice of High Skills and the Imperative of Inclusion in Contemporary Neo-liberal Education

Karin Ritter Jelinek²

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a (re)atualização do discurso das altas habilidades em matemática na contemporaneidade. Para isso, fez-se uso de ferramentas foucaultianas como normalização, governamento e neoliberalismo, com o intuito de discutir acontecimentos deste último século que podem ter influenciado a forma como se entende o sujeito das altas habilidades hoje. Os movimentos analíticos empreendidos possibilitaram a identificação de uma mudança da ênfase das altas habilidades em matemática, de um âmbito científico-cognitivo, para um âmbito comportamental em relação ao social e econômico. Também foi possível verificar que o dito sujeito de altas habilidades não se constitui a partir de uma simples atualização de nomenclatura, mas se produz pela observação atenta e criteriosa dos agentes escolares. Por fim, o estudo aborda os efeitos da prática discursiva da inclusão e o seu entrelaçamento com a racionalidade neoliberal contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Altas habilidades. Educação matemática. Inclusão escolar. Racionalidade neoliberal. Governamentalidade.

ABSTRACT

The objective of this work is to (re)update the speech on the high skills in Mathematics in the contemporary world. Foucaultian tools, such as normalization, governance and neo-liberalism, were used in order to discuss events of this last century that may have influenced the way the high skilled individual is understood today. The analytical approaches enabled to identify a change in the focus of the high skills in Mathematics from a scientific-cognitive scope to a behavioral one in relation to the social and economic aspect. It was also possible to verify that this high skilled individual was not categorized as so only because of a simple nomenclature update, but after a careful and thorough observation performed by school agents. Finally, the study addresses the effects of the discursive practice of inclusion and its relation with the contemporary neo-liberal rationality.

KEYWORDS: High skills. Mathematics. School inclusion. Neo-liberal rationality. Governmentality.

¹ Este artigo é uma versão revista e ampliada do trabalho intitulado “As altas habilidades e o imperativo da inclusão”, apresentado no *VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática* (JELINEK, 2013c).

² Doutora em Educação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Instituto de Matemática, Estatística e Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências; Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, RS, Brasil. Pesquisadora do grupo *Praktiké - Educação e Currículo em Ciências e Matemática*; UFRGS. Email: karinjelinek@furg.br.

Considerações introdutórias

*QI não é tudo.
A ciência já demonstrou que todo mundo
pode ser um prodígio em alguma área.
Saiba onde está a sua genialidade e
aprenda a soltá-la.*

(Manchete da Revista Mundo Estranho – Fev/2017)

A discussão acerca das altas habilidades está cada vez mais presente nas salas de aula da atualidade e podemos perceber que a escola contemporânea vem se inquietando diante da Educação Inclusiva. Mas por que falar de uma prática discursiva das altas habilidades faz sentido hoje? De que forma tal prática discursiva relaciona-se com os objetivos e anseios da sociedade na contemporaneidade?

Entendendo que os propósitos da sociedade contemporânea estão imbricados com a racionalidade neoliberal, assim, podemos inicialmente pensar na conexão entre essa prática e a referida racionalidade a partir das colocações de Traversini e Bello, pois, de acordo com os mesmos, o neoliberalismo

objetiva conduzir as condutas individuais e as coletivas, administrando-as de modo a responsabilizar cada um pelo seu destino e otimizar os índices de saúde, de educação e de desenvolvimento do país com vistas a diminuir a dependência do Estado e também figurar no topo dos *rankings* internacionais (2009, p. 143).

Soma-se aos interesses dessa racionalidade a máxima da inclusão de todos na escola regular. Sob esse enfoque, De Luca remete-nos à seguinte reflexão:

A proposta da inclusão reverte os próprios conceitos fundadores da escola moderna, que ao ser criada, recortou um vazio e disse quem não lhe pertencia. Como uma instituição moderna, a escola foi feita para educar para o futuro, criando cidadãos mais produtivos. Os deficientes [ou melhor, os diferentes] não pertenciam a este projeto inicial, ou pelo menos, não foi para eles que a escola foi criada. Como incluí-los, então, sem uma inversão? (2002, p. 6).

Como efeito dessa política educacional inclusiva dos *diferentes* na escola regular, tivemos, somente entre os anos de 2002 e 2006, um crescimento de 194% das matrículas inclusivas³ nessas escolas (MEC/INEP). Dentre essas matrículas temos também os alunos

³ Entende-se por matrículas inclusivas as matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular.
Perspectivas da Educação Matemática – INMA/UFMS – v. 10, n. 22 – Seção Temática – Ano 2017

ditos com altas habilidades em matemática, ou seja, podemos dizer que a prática discursiva das altas habilidades também está contemplada naquilo que chamamos na perspectiva desse trabalho de governo dos indivíduos.

É nesse movimento da diferenciação para a normatização que podemos observar com clareza como o discurso das altas habilidades ressurgiu na atualidade embasado em outras relações de poder-saber-verdades. Enquanto nas décadas de 60 e 70, o discurso ligado aos excepcionais buscava diferenciar esses sujeitos dos demais, pelos seus altos índices de desempenho em Matemática, pontuando as diferenças, para assim categorizá-los e capturá-los. Na contemporaneidade, o movimento se dá num sentido oposto.

O movimento que observamos na escola atual é o de capturar esses sujeitos que se afastam da norma para normatizá-los, ou seja, através de um movimento de individualização dos sujeitos escolares, as políticas de inclusão garantem que todos eles recebam o atendimento da escola regular. Incluir todos os *diferentes* na escola regular garante que todos recebam uma mesma formação e possam se aproximar da norma desejada.

No âmbito da Matemática, temos uma mudança expressiva nas relações de poder-saber, gerando uma lacuna entre aquele que era chamado de superdotado para o que hoje entendemos como sujeito portador de altas habilidades em matemática. O superdotado era caracterizado pelo seu alto desempenho em Matemática, principalmente pelo seu expressivo domínio dos campos numérico e algébrico, em consonância com as influências do Movimento da Matemática Moderna. O entrelaçamento entre a Matemática e as questões bélicas desse período evidencia-se quando Miguel coloca que

essa *nova* representação da Guerra necessitava de uma *nova* comunidade de técnicos e especialistas treinados na ótica de uma *new math*, de uma *nova matemática* relativamente àquela dita *clássica*, que havia alcançado seu apogeu dentro do contexto geopolítico revolucionário da França do século XVIII (2006, p. 7) [grifos do autor].

Neste mesmo sentido, temos os estudos empreendidos por Corrêa (2016), que apontam para as conexões entre a matemática e as guerras “frias e quentes”. De acordo com ele, a extrema valorização da matemática durante as guerras teria desencadeado diferentes discussões no âmbito da Educação Matemática e, conseqüentemente, a reformulação dos currículos escolares.

Acompanhando as atualizações no campo da Educação Matemática, a habilidade numérica, a alta memória, a abstração, o pensamento divergente, o raciocínio lógico

avançado, a rapidez de pensamento e o desenvolvimento elevado da capacidade mental, passam a ser destacados como características específicas das altas habilidades em matemática na atualidade (JELINEK, 2013a, 2013b; JELINEK; BELLO, 2014).

Essa (re)atualização do discurso relaciona-se com a mudança de regime de verdade do saber acerca da inteligência. Enquanto no passado, a avaliação para a identificação dos superdotados se dava pelo clássico teste do QI, nos anos 90 passou-se a investir na aplicação de diferentes testes que avaliam as áreas das múltiplas inteligências, baseadas fundamentalmente em características comportamentais.

Considerando que interessa a este trabalho compreender como se dá hoje o entendimento daqueles que chamamos de portadores de altas habilidades e por que esse discurso (re)surge hoje, cabe compreender como as políticas públicas do século XXI contribuíram para essa movimentação.

As políticas de governo e suas relações com a política educacional inclusiva

Os sujeitos com altas habilidades/superdotação necessitam de apoio especializado, onde promover-se-à o desenvolvimento acadêmico, artístico, psicomotor e social, assim abrindo as portas às modernas evidências de pesquisa sobre o sujeito com altas habilidades/superdotação, considerando seu potencial como uma válvula de desenvolvimento tecnológico, cultural e educacional do Estado (SALLES, 2009, p. 16).

A identificação dos sujeitos portadores de altas habilidades justifica-se uma vez que o investimento em *cérebros* pode ser vista como uma política de governo que, a longo prazo, beneficia o Estado. Tal aspecto está entrelaçado às questões do assujeitamento dos indivíduos e ao que entendemos como governabilidade ou, em outras palavras, o autogoverno dos sujeitos livres. Nessa linha de entendimento, Veiga-Neto acrescenta que podemos observar “novas práticas educacionais que estão se dando *na e fora da* escola e que estão operando no sentido de produzir novas subjetividades” e, mais interessante ainda, que podemos observar também de que forma essas práticas se relacionam com o “governo dos homens” (2000, p. 184) [grifo do autor].

Esse *novo* sujeito, o das altas habilidades, para ser compreendido – e posteriormente, governado – precisou ser descrito e quantificado. É preciso destacar que governo, neste estudo, está sendo entendido a partir de uma perspectiva foucaultiana como conduta da conduta humana (CASTRO, 2009, p. 190) ou ainda como esclarece Dean,

[...] o governo envolve uma espécie de tentativa de deliberar e dirigir a conduta humana. Na perspectiva daqueles que buscam governar, a conduta humana é concebida como algo que pode ser regulado, controlado, moldado e transformado em determinados fins (1999, p. 10).

Sendo assim, faz-se a opção por trabalhar com o vocábulo *governamento*, como sugere Veiga-Neto (2002, p. 19), pois está se trabalhando com a ideia de governo como ação ou ato de governar e não como instituição do estado que toma para si a caução da ação de governar – esse entendido como governo. Nas palavras de Veiga-Neto e Lopes,

[...] o poder é entendido como uma ação sobre as ações possíveis – uma ação sempre escorada em saberes – , o *governamento* manifesta-se quase como [...] um resultado dessa ação; na medida em que alguém coloca em funcionamento o poder de outrem, esse alguém pode governar esse outrem. Pode-se dizer então que, de certa maneira, o *governamento* é a manifestação “visível”, “material”, do poder (2007, p. 952 - 953).

O processo de identificação de sujeitos portadores de altas habilidades passa a ser interessante nesse sentido, pois ela não deixa de ser uma ação normalizadora, bem como tem como alvo o *governamento* dos indivíduos. Tais autores ainda destacam que:

As campanhas públicas funcionam como pedagogias culturais e, por isso, buscam o *governamento* sobretudo pelo discurso; elas pretendem ensinar o melhor comportamento e o que é melhor ou mais correto fazer, usar etc (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 958).

O que percebemos hoje são práticas de *governamento* por parte da maioria dos países – principalmente aqueles tidos como desenvolvidos – uma vez que esses sujeitos, quando identificados e incentivados no desenvolvimento de suas habilidades, tornam-se força de trabalho capaz de produzir pesquisa e tecnologia. Produções acadêmicas atuais ratificam tal ideia, uma vez que defendem que:

As demandas tecnológicas são grandes e as soluções para os problemas complexos que ora vivemos e que teremos a enfrentar no futuro implicam que um investimento maior seja feito na área da educação, e especialmente na educação daqueles que têm um potencial intelectual superior. Se atentarmos para o fato que os Países desenvolvidos mantêm programas para atendimento e desenvolvimento de alunos com altas habilidades, chegaremos facilmente à conclusão de que é imprescindível investir no talento e excelência intelectual tão avidamente quanto temos procurado e investido em outros recursos naturais menos valiosos (FERRER, 2004, p. 10).

Desta forma, na contemporaneidade, faz sentido falarmos em diferentes habilidades, uma vez que a sociedade tem valorizado sujeitos com características peculiares que os individualizam, como, por exemplo: capacidade excepcional de observação, capacidade de abstração mais desenvolvida, atitude de questionamento, ideias originais e divergentes, capacidade de analisar um acontecimento sob diferentes enfoques, forte liderança social, habilidade em desenvolver uma interação produtiva com outros sujeitos, habilidades superiores nas artes, nas habilidades motoras e refinadas.

Ou seja, tem-se valorizado aspectos nunca antes apreciados pela escola, mas extremamente desejáveis no mundo competitivo e globalizado. Evidencia-se que tais características estão afinadas com as principais características dos portadores de altas habilidades já apresentadas anteriormente – de uma forma sucinta, esses sujeitos são observadores e curiosos, apresentam facilidade de pensamento abstrato e crítico, têm alta sensibilidade, são excessivamente ativos, entre outras características.

Osowski, no início da década de 90, já nos chamava a atenção para o fato de que:

[...] as relações entre capital e trabalho não são simplesmente relações econômicas; são, acima de tudo, relações sociais. Tais relações sociais são determinadas pelo modo de produção capitalista, concretizando uma forma de viver peculiar, com determinadas necessidades e realizações, gerando, inclusive, “uma nova pessoa”, não só “adequada” ao sistema capitalista mas também capaz de fortalecê-lo. Os chamados superdotados são produzidos concretamente pelo modo de produção capitalista; concomitantemente, eles encarnam, representam e fortalecem o próprio sistema capitalista (1991, p. 104).

Vale ressaltar, que a competitividade de uma nação é determinada pelo número de cientistas que ela consegue produzir e esse é um pré-requisito para o desenvolvimento da economia na racionalidade contemporânea. Logo, precisamos *gerar* essas novas pessoas, ou ainda, produzir esses sujeitos que irão manter em movimento o sistema capitalista.

Frente a tais colocações, podemos compreender por que falar em governamentalidade faz sentido em nossa sociedade globalizada, bem como a relação de imanência da mesma com a instituição escolar. Segundo Veiga-Neto, a escola está

Inteiramente afinada com a racionalidade política moderna, ela totaliza, ao mesmo tempo que individualiza; isso é, se por um lado a escola constitui individualidades singulares, criando subjetividades que se pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social, fora das quais o sujeito nem mesmo faz sentido (2011, p.9).

Assim, fica evidente que as questões da inclusão convergem com a lógica do sistema capitalista, pois, ao garantir que todos estejam inseridos na escola regular, fica mais simples de se identificar e investir em talentos.

Para De Luca, essa prática de normalização também é uma forma de controle dos sujeitos na contemporaneidade, pois

A inclusão que obedeceria a normalização seria uma forma de "resolver" esse impasse [que é a inclusão dos diferentes na escola regular], pois o outro estaria ali também garantindo a continuidade de um sistema do qual ele nunca seria, de fato, parte. Existiria sempre uma diferença entre o que lhe é pedido e o que é possível e isto também garantiria uma confortável distância entre nós e os outros. Colocar a inclusão a serviço da normalização seria uma forma perversa de ter o outro por perto, mas em uma distância segura (2002, p. 6).

Assim, busca-se identificar o normal e o anormal, bem como o estabelecimento de uma curva de normalidade (FOUCAULT, 2008a) com o objetivo de se trazer todos esses sujeitos escolares para *dentro* da norma. Ou seja, ao incluir todos na escola regular tem-se a ideia equivocada de que todos se tornarão iguais, contudo, sabemos que existirão uns que serão mais iguais aos outros – ou melhor, mais próximos da normalidade. Teremos ainda sujeitos escolares que, de certa forma, se mantêm afastados da norma posta, do ápice da curva normal. E são estes que interessam a esse estudo.

Assim, a partir dessas práticas de normalização – em comunhão com os saberes e com os regimes de verdade – o que podemos intuir é uma possibilidade eminente de governo e de estabelecimento de relações de poder sobre os indivíduos escolares. Digo isto, uma vez que a governamentalidade pode ser entendida como uma energia direcionada na ação de criar sujeitos, constituída de técnicas de controle, de modelagem e de normalização.

Para Foucault, a governamentalidade pode ser três coisas:

- 1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança;
- 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes;

3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (2007, p. 291 – 292).

Mas, para Foucault (2008b), a governamentalidade além de explicar os deslocamentos nas técnicas de governo dos indivíduos e das populações, também pode servir como “grade de análise para entender a racionalidade governamental que predomina em determinada época para governar uma sociedade” (BELLO; TRAVERSINI, 2011, p. 861). E é a partir desse entendimento que podemos depreender como o neoliberalismo, enquanto racionalidade política, passa a ser visto como uma prática.

Foucault, no seu curso *Nascimento da Biopolítica*, ministrado no *Collège de France* em 1979, e, posteriormente, Gordon (1991) e Rose (1996) discutiram como o liberalismo e o neoliberalismo se constituíram como governamentalidades, isto é, racionalidades políticas, princípios racionais de ação para a orientação das condutas, dos modos de ser e de agir dos indivíduos e das populações. Por isso, o liberalismo e o neoliberalismo, para Foucault, não são ideologias ou teorias, e sim práticas (BELLO; TRAVERSINI, 2011, p. 861).

Neste trabalho, a governamentalidade estará sendo utilizada como uma ferramenta para compreender as altas habilidades como uma tecnologia de governo dos indivíduos escolares. A noção de governamentalidade vem ao encontro das discussões realizadas até aqui, dando sentido aos acontecimentos que proporcionaram a (re)atualização da prática discursiva acerca dos portadores de altas habilidades. Como mote deste processo, temos que aqueles que antes eram nomeados como superdotados e que tinham, sobretudo, um valor científico para o Estado, atualmente são conhecidos como portadores de altas habilidades e apresentam, além do valor já mencionado, significativo valor social e econômico.

As práticas neoliberais e o governo dos sujeitos

Dizer que o sujeito das altas habilidade tem hoje significativo valor científico, social e econômico, é dizer que o mesmo atende às necessidades da racionalidade neoliberal instituída no mundo globalizado. Contudo, para compreendermos como o neoliberalismo se relaciona hoje com as práticas escolares das altas habilidades, convém lembrar como esse conceito se desenvolve a partir da noção de liberalismo.

A partir dos deslocamentos das práticas pastorais, o Estado Moderno passa a se configurar pela surpreendente arquitetura de enlances entre os *jogo da cidade* e o *jogo do*

pastor (Foucault, 2008b). O *jogo da cidade*, sendo caracterizado por envolver o governo da população, num arranjo mais totalizador; enquanto o *jogo do pastor* mantinha seu envolvimento com o governo dos indivíduos, calcado num poder disciplinar. E a dinâmica desses jogos vem acompanhada de deslocamentos da disciplinaridade, que avança de uma esfera religiosa para uma esfera civil, acompanhado de uma atualização de foco, passando do indivíduo para a população. Veiga-Neto⁴ sustenta que:

É justamente no jogo da cidade que se configura o liberalismo enquanto *etos* da crítica permanente e insatisfeita à Razão de Estado; uma crítica que descobre que governar demais é irracional, pois é antieconômico e frustrante; uma crítica que se manifesta como um horror ao Estado. Assim, na perspectiva de Foucault o liberalismo é menos uma fase histórica, uma filosofia política ou um sistema econômico, e mais um refinamento da arte de governar, em que o governo, para ser mais econômico, torna-se mais delicado e sutil, de modo que "para governar mais, é preciso governar menos" (2010, p. 218).

Considerando o liberalismo como uma prática, uma forma de articular o exercício de governo, ele ocupava-se do “governo da sociedade”. E os sujeitos dessa sociedade atuavam ao mesmo tempo como objeto e parceiros desse governo, pois eram governados por um organismo externo e tinham, por assim dizer, direitos e deveres como cidadão.

O que tivemos na segunda metade do século XX foi um desenvolvimento do liberalismo e seu desdobramento em duas vertentes: o ordoliberalismo, na Alemanha, e a corrente da Escola de Economia de Chicago, conhecida como o liberalismo norte-americano. Para Veiga-Neto (2000, p. 187), “...o ordoliberalismo empreendeu uma desnaturalização das relações sociais e econômicas” uma vez que entendia que uma economia de mercado deveria ser organizada de forma a assegurar a garantia e as limitações das leis e, da mesma forma, assegurasse que a liberdade da economia não produzisse distorção social. Já o liberalismo norte-americano embasou-se na racionalidade e na força do mercado, defendendo que a vida social deveria se subordinar à lógica do mercado.

A versão norte-americana do liberalismo é que passou a nortear as ações no campo da economia no Ocidente e, posteriormente, em todo o mundo. Tal acontecimento, somado a outras transformações, é que veio a proporcionar o desenvolvimento daquilo que chamamos hoje de racionalidade neoliberal. Como esclarece Castro (2009, p. 244), “o neoliberalismo

⁴ A tradução dos excertos dessa obra é de minha responsabilidade.

busca entender a racionalidade de mercado como critério para além do domínio da economia (à família, à natalidade, à delinquência ou à política penal)”.

Para Veiga-Neto (2010, p. 224), o neoliberalismo “desnaturaliza as relações sociais e econômicas, ao introduzir a modelagem como um princípio segundo o qual o consumidor não mais é visto como, originalmente, um *Homo oeconomicus*⁵, mas é visto como um *Homo manipulabilis*”. De acordo com essa nova lógica, o Estado passa a se envolver apenas com questões essenciais à comunidade – como a Educação e a Saúde – focando-se em regulá-las e provê-las.

Se a maior característica do liberalismo era uma intervenção mínima do Estado no plano da economia, isso acarretava o fato de que os *diferentes* podiam contar com a proteção do Estado. Assim, estar incluído na sociedade era poder gozar dos benefícios que eram estendidos a toda a população e, conseqüentemente, não havia a necessidade de integrar ao jogo da sociedade aqueles que tivessem algum tipo de limitação.

A lógica neoliberal, diferente do liberalismo, tem como cerne o “governo dos sujeitos”, aos quais é facultado o direito de escolha, de aquisição, de participação e, essencialmente, de consumo. Foucault coloca que os indivíduos passam a ser sujeitos ativos no jogo de mercado, pois nessa lógica busca-se “fazer, pela primeira vez, que o trabalhador seja na análise econômica não um objeto, [...] mas um sujeito econômico ativo” (2008b, p. 308). Ele ainda complementa, explicando que, na economia neoliberal, existe um investimento em formar um capital humano através de investimentos educacionais⁶: “Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais” (2008b, p. 315).

Esse sujeito do neoliberalismo é aquele que deve ter o potencial de participar do jogo da sociedade e realizar suas próprias escolhas, podendo ter múltiplas e alternadas identidades. E é essa liberdade que irá proporcionar o estabelecimento de diferenciais entre os sujeitos, ou

⁵ O *Homo oeconomicus* do neoliberalismo difere daquele do liberalismo do século XVIII por não simplesmente colocar o fator econômico acima de tudo, mas por tratar todos os seus interesses e escolhas de vida como questões econômicas. Logo, esse sujeito exerce sua liberdade no mundo neoliberal a partir de seus interesses e da análise dos riscos de cada escolha realizada. Segundo explica Foucault (2008b, p. 311) “O *Homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo.”

⁶ Foucault (2008b) esclarece que esses investimentos educacionais vão muito além do que o simples aprendizado escolar. Dentre os investimentos educacionais que influenciarão na constituição do capital humano está desde o tempo de dedicação dos pais com seus bebês, o tempo de afeto proporcionado aos filhos, o nível de cultura dos pais, os estímulos culturais vivenciados, os cuidados médicos, a mobilidade, entre outros.

seja, a sujeição e subjetivação a normas e modelos, bem como indicadores de desempenho. De acordo com Foucault,

O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres [...] (2008b, p. 87).

A liberdade, nessa racionalidade, deve ser produzida ativamente, pois diferente do liberalismo – que entendia a liberdade como uma espontaneidade dos mecanismos de mercado – o sujeito neoliberal é sujeitado e subjetivado para a liberdade. Tal sujeito é constituído de forma a querer ser livre a partir de suas escolhas e de seus projetos de vida; contudo, essas escolhas limitam-se a opções previamente definidas. Como Foucault destaca, “É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc” (2008b, p. 87).

Logo, a liberdade, para o neoliberalismo, é uma liberdade regulada e normalizada, e o sujeito dessa racionalidade é um sujeito que se faz governável a partir de sua liberdade. Isso nos leva a acreditar em Veiga-Neto, quando ele sustenta que, no neoliberalismo, a governamentalidade é máxima (2000, p.203).

Segundo Castro (2009, p. 58 – 59), uma sociedade normalizadora exerce uma tecnologia de poder centrada na vida ou, em outras palavras, exerce uma forma de poder ao mesmo tempo individualizante e totalizante, pois a norma se aplica tanto a um corpo que se quer disciplinar, quanto a uma população que se quer regularizar.

A partir dessas lógicas, um novo conjunto de práticas sociais se desenvolveu, dando novas roupagens a velhas instituições, como o hospital, a escola, a prisão, entre outras, as quais estão “intimamente conectadas com a construção da Modernidade e com a manutenção das suas práticas e dos valores que a justificam e a sustentam” (VEIGA-NETO, 2000, p. 188).

As altas habilidades como parte de uma governamentalidade neoliberal

Focando naquela que interessa a este trabalho, a escola, é ela que nos remete a uma transformação social mais efetiva, pois nela novos artifícios são inventados, adaptados e aplicados, ou ainda, ela é “a instituição que mais ampla e precocemente se encarrega de

‘capturar’ os indivíduos e disseminar tais tecnologias” (VEIGA-NETO, 2000, p. 189). Em relação a esse potencial da escola, podemos dizer que ela tem se moldado, a fim de gerar e regular novos saberes, mostrando-se um espaço profícuo para colocá-los em movimento.

Podemos dizer inclusive que, em meio a essa dinâmica, a escola tem preparado os indivíduos escolares – e aqui podemos dizer todos, uma vez que entende-se que todos devem estar incluídos na escola regular – para viverem numa sociedade governamentalizada. Veiga-Neto ainda levanta os seguintes questionamentos que ratificam tais ideias:

Em qualquer desses casos, a escola tem papéis a desempenhar: quanto mais não seja, para preparar sujeitos que sejam capazes de compreender e manejar — ou, pelo menos, sobreviver em...— cenários fantasmagóricos e de constante tensão entre o individual e o cooperativo, entre o local e o global. É certo que não se trata mais daquela instituição pretendida pelos proclamados ideais igualitários e totalizantes do Iluminismo. Mas, com os olhos postos nos interesses da lógica neoliberal, qual outra instituição poderia, a curto prazo, substituir a maquinaria escolar para montar, tão ampla e rapidamente, um tal sujeito-cliente? Por outro lado, com os olhos postos numa vontade de resistência, qual outra instituição poderia ser mobilizada — também tão ampla e rapidamente — para tentar aumentar as fraturas numa lógica contra a qual muitos querem lutar? (2010, p. 232).

Por conseguinte, a escola, na atualidade, funciona imbricada a essa lógica neoliberal, atuando como um dispositivo de normalização de sujeitos consumidores, e um elemento estratégico na formação daquele que Foucault chama de capital humano. O papel da escola destaca-se nesse sentido, pois se o neoliberalismo entende o mercado como um jogo – e sendo um jogo, é permeado por regras – todos devem ter condições de jogá-lo; e, nesse caso, mesmo para aqueles que não têm condições de jogar, o governo deve prover recursos mínimos que os integrem a essa dinâmica.

Desta forma, ganha sentido a inclusão de todos na escola, pois investir em inclusão é fundamental para que se dê condições ínfimas de formação para os sujeitos exercerem sua liberdade no mercado. Assim, as políticas de inclusão têm por objetivo desonerar o Estado no âmbito das ações sociais, reduzindo os investimentos assistenciais, mas visando um equilíbrio social e econômico.

Compreendendo as políticas de inclusão como ações estratégicas, seu mote é promover a inclusão de todos no mercado e proporcionar que até mesmo aqueles tidos como excluídos sejam reeducados e direcionados ao jogo de mercado. Isso permite que, a curto e médio prazo, o Estado possa minimizar seus investimentos na população, sem enfraquecer seu plano de governo.

Tais ações, ainda buscam instigar, em cada sujeito, sua produtividade máxima, o que gera benefício não só para o sujeito, mas também para a sociedade de mercado em que ele está inserido. Por isso faz sentido falarmos em um sujeito com elevada capacidade intelectual, com notável aptidão acadêmica, que apresenta pensamento criador, bem como, em sujeitos que apresentem uma eminente capacidade de liderança, um talento especial para artes e um destaque nas habilidades psicomotoras⁷, pois os indivíduos que apresentam tais características estão mais próximos de proporcionar uma produtividade extrema para o estado.

Assim, pode-se dizer que uma das contribuições da escola para a sustentação da racionalidade neoliberal é a formação de um capital humano fortalecido em suas habilidades e competências; em outras palavras, a contribuição para a formação de sujeitos competitivos e com alto potencial de conversão de suas potencialidades em aumento de renda.

Dessa forma, a busca pela caracterização e individualização dos sujeitos escolares – entre eles os sujeitos das altas habilidades – permite que todos possam estar inseridos na escola regular e, conseqüentemente, “inseridos na lógica da governamentalidade neoliberal, que cada vez mais pressupõe o alargamento das funções da escola” (KLEIN, 2009, p. 150).

Com efeito, a escola moderna, que tinha como mote educar os cidadãos mais produtivos e que não tinha espaço para os *diferentes* – inclusive aqueles mais afastados da norma – hoje está em transformação para incluir a *todos*. A prática discursiva da inclusão, que se fundamenta em normas comportamentais, torna-se uma ferramenta a serviço da racionalidade neoliberal, que espera que todos estejam inseridos na lógica de mercado.

Lopes explicita tal ideia da seguinte forma:

Dentro do neoliberalismo, como forma de vida do presente, certas normas são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, como também de criar e conservar o interesse de cada um em particular; para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado. Todos estamos, de uma maneira, sendo conduzidos por determinadas práticas e regras implícitas que nos levam a entrar e a permanecer no jogo econômico do neoliberalismo (2009a, p. 109).

Logo, olhar para a conduta desses sujeitos é uma prática que faz parte dessa racionalidade governamental. O que se procura são crianças com potencial maior – como, por exemplo, as chamadas portadoras de altas habilidades, que são foco deste trabalho. Educandos que “se destacam em relação ao seu grupo social” e se “evidenciam em relação a

⁷ Características que definem o portador de altas habilidades, conforme Art. 3, da Portaria nº69, de 1986.

sua criatividade e em seu envolvimento com a tarefa” (RENZULLI, 1984, 1986), passam a interessar ao estado, uma vez que podem ser preparadas para se tornarem agentes de mudança e, com isso, atendam aos interesses da racionalidade neoliberal contemporânea.

Os sujeitos escolares precisam se tornar cidadãos que vivam em condições de sustentabilidade, de autocontrole e empresariamento, e que se mantenham sempre em atividade, ou seja, participando do jogo de mercado. Mas para que todos possam participar desse jogo, precisamos proporcionar sua inclusão, ainda que se contemplem diferentes níveis de participação nas redes produtivas.

Abrindo o leque da inclusão, podemos pensá-la em diferentes âmbitos, como nos sugere Lopes:

A inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funcionam como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. Ao estarem incluídas nos grupos, nos registros oficiais, no mercado de trabalho, nas cotas de bolsa-assistência, na escola, etc., as pessoas tornam-se alvos fáceis das ações do Estado (2009a, p. 111).

Em outras palavras, tais ações permitem que se conduza a conduta humana em diferentes grupos sociais no mundo globalizado em que vivemos. Assim, essa lógica de governo neoliberal fomenta que a inclusão escolar proporcione que esse sujeito seja educado para entrar no jogo de mercado. Uma vez alcançado esse objetivo, é preciso mobilizar o sujeito para que ele permaneça e deseje permanecer minimamente incluído nesse jogo, ou seja, essa é a forma que o Estado encontrou de “garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde” com o intuito de que consiga contornar a situação de miséria em que se encontra e, por conseguinte, faça parte do sistema.

A identificação dos portadores de altas habilidades passa a ser parte dessa sofisticada estratégia de controle, para que nenhum sujeito escape aos olhos do mercado e todos se “mantenham dentro de uma escala prevista de normalidade” (LOPES, 2009b, p.165). É preciso permitir que, com maior ou menor intensidade, esses sujeitos, com “traços consistentemente superiores em relação a uma média” (MEC/SEESP, BRASIL, 1995b), participem do jogo de mercado contemporâneo e, para isso, a escola apresenta um papel fundamental.

Assim, o discurso pró-inclusão e identificação dos portadores de altas habilidades passa a apresentar pelo menos duas finalidades: a de identificar sujeitos que hoje possam apresentar características diferenciadas – capitais humanos de excelência – que contribuam

para a implementação dessa racionalidade neoliberal, assim como, a de garantir sua participação na sustentabilidade, na geração e no estabelecimento do mercado.

Merece destaque, também, o fato de que essa lógica neoliberal produz efeitos sobre as práticas de seleção e enriquecimento educativo⁸ com os portadores de altas habilidades nos âmbitos micro e macropolíticos, uma vez que gera impacto nas práticas escolares e nas práticas sociais, e enaltece sujeitos que apresentam “um perfil próprio e uma trajetória singular de realizações” (MEC/SEESP, p. 14). Ou seja, a racionalidades neoliberal ambiciona por sujeitos que apresentam diferenciais para a sociedade, bem como contribuições inovadoras, e busca isso nesses sujeitos que já apresentam um diferencial em relação aos seus pares ainda no Ensino Fundamental.

Realçar sujeitos com iniciativa, “mais independentes” e “mais persistentes e compromissados”, itens que compõem a *Ficha de Observação do Professor*⁹, são condutas que estão em consonância com os anseios da sociedade contemporânea, pois o que se espera hoje dos sujeitos é que eles possam ser empresários de si próprios. Assim, demonstrar perseverança e iniciativa são características que irão favorecer o desenvolvimento de um indivíduo que tenha iniciativa para criar sua própria fonte de renda – e assim não dependa do Estado – e que consiga movimentar seu próprio capital humano.

Da mesma forma, sujeitos “críticos com os outros e consigo mesmos”, bem como aqueles “curiosos e interessados”¹⁰, também passam a ser foco de interesse dessa racionalidade política contemporânea, pois são condutas que, aliadas à iniciativa, colocam os sujeitos em movimento no sentido de explorarem e desenvolverem sua força de trabalho como capital.

Igualmente, compreendendo que a governamentalidade neoliberal fomenta a explosão de um empreendedorismo em nosso país, dar destaque a sujeitos “mais originais e criativos” e

⁸ Entende-se um trabalho de enriquecimento educativo como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente. O mesmo acontece em Salas de Recursos Multifuncionais e tem por objetivo o desenvolvimento de atividades específicas que enriqueçam o processo de ensino e de aprendizagem das habilidades. (BRASIL, MEC/SEE, 1995a, p.55).

⁹ Em JELINEK (2013b), temos que na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RS) a seleção dos chamados portadores de altas habilidades segue as orientações do MEC que recomenda a utilização de diferentes meios neste processo. Contudo, tal rede faz uso de três instrumentos próprios, a saber: uma ficha de observação a ser preenchida pelo professor da turma (*Ficha de Observação do Professor*); uma ficha de nomeação que cada aluno deve preencher no intuito de nomear a si mesmo ou a colegas (*Ficha de Autonegação*); e uma entrevista com a criança e sua família. Neste estudo, estamos nos referindo aos itens que compõem a Ficha de Observação do Professor.

¹⁰ Itens que compõem a Ficha de Observação do Professor.

“capazes de liderar”¹¹ faz sentido, pois eles possivelmente acreditarão em suas ideias, fugirão do óbvio e ousarão em suas ações. Condutas essas fundamentais nesta lógica, onde o perigoso é não ousar, não arriscar.

Destacaria, ainda, que as práticas escolares transparecem um intenso caráter contínuo no que se refere às altas habilidades em matemática na atualidade. Tal ideia é observável em um dos itens da *Ficha de Observação do Professor*¹², onde podemos ler “Mais entediados, desinteressados, mas não necessariamente atrasados”. Ou seja, as práticas educacionais até aceitam que os portadores de altas habilidades apresentem desinteresse pelas atividades escolares, entretanto, a possibilidade de que esse sujeito venha apresentar um déficit cognitivo não está prevista.

Considerações finais

Buscando apresentar algumas considerações finais – contudo provisórias – para o estudo aqui apresentado, destaca-se que o que se propôs foi empreender uma problematização acerca das altas habilidades na contemporaneidade. Contudo, esta problematização é apenas uma entre as mais variadas problematizações possíveis sobre tal temática. Assim, do estudo aqui apresentado, dois aspectos se sobressaíram.

O primeiro deles, é que ao estudarmos a reatualização do discurso das altas habilidades em matemática percebe-se uma alteração significativa nas relações de poder-saber, pois deixa de existir uma centralidade na Matemática. Enquanto que no passado fazia sentido buscar por sujeitos com expressivo domínio dos campos aritmético e algébrico, na atualidade isso não é mais desejável. Através dos itens que compõe a Ficha de Observação do Professor e que apontam para o sujeito de altas habilidades em matemática, temos aspectos comportamentais evidenciados.

Um segundo aspecto, é que a escola pensa as altas habilidades como algo contínuo, associando-as a perfis de genialidade e a um rendimento minimamente satisfatório nas aprendizagens. Mas, como podemos apurar em pesquisas relacionadas (JELINEK, 2013a, 2013b), as altas habilidades na contemporaneidade não se compõem numa continuidade de entendimento que tínhamos no passado, apenas acrescido das novas teorizações advindas do

¹¹ Itens que compõem a Ficha de Observação do Professor.

¹² Itens que compõem a Ficha de Observação do Professor.

campo da Educação. As altas habilidades hoje não se constituem apenas numa atualização de nomenclatura – dos anteriormente nomeados de superdotados – ou numa acomodação de vocabulário, mas referem-se a concepções distintas. Como tenho procurado mostrar, o que temos é uma nova forma de ver esse sujeito, como um sujeito *construído* pelas práticas escolares.

Por essas razões, entre outras, é que faz sentido falarmos em altas habilidades na contemporaneidade, pois nosso país – que diz-se estar em desenvolvimento – faz parte de uma racionalidade em que esses sujeitos têm um papel a desenvolver. Nesse anseio por fazer parte da globalização, é preciso impulsionar a criatividade e a inovação, pois essa é uma das formas de gerar um crescimento econômico para o país e para toda a sociedade.

Outro aspecto que se sobressaiu neste estudo, foi que a busca por sujeitos portadores de altas habilidades no Brasil seguiu outros movimentos internacionais, que justificam a necessidade desses sujeitos para manter a sua liberdade de indústria, sua educação superior, seu desenvolvimento nas ciências, entre outras áreas, ao longo do século XXI. Pois, o enriquecimento educativo dos portadores de altas habilidades irá maximizar seu capital humano e fazer com que se tornem sujeitos capazes de gerir seu empresariamento próprio.

Ou seja, identificando e proporcionando um enriquecimento educativo a tais sujeitos, torna-se possível aumentar a reserva social de pessoas que ajudarão a solucionar problemas da sociedade contemporânea, tornando-os produtores de conhecimento e não apenas consumidores de informações. E isso vai ao encontro dos objetivos da racionalidade neoliberal de nosso tempo. Essa racionalidade de governo, característica do mundo contemporâneo clama por sujeitos criativos, que saibam estabelecer relações e aplicar o conhecimento matemático na solução de problemas. Assim, o sujeito das altas habilidades se afasta de um aspecto unicamente cognitivo e se aproxima de uma caracterização comportamental que dá conta dessa governamentalidade atual.

Referências

BELLO, S. E. L.; TRAVERSINI, C. S. Saber estatístico e sua curricularização para o governo de todos e de cada um. **Bolema**, Rio Claro, v. 24, n. 40, p. 855-871, dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial. **Evolução da Educação Especial no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1995a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/ superdotação e talentos**. Brasília: MEC/SEESP, 1995b.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid M. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORRÊA, J. F. Educação Matemática: entre guerras quentes e guerras frias. **Revista Perspectivas da Educação Matemática**, v.9, n.20, p. 366-392, 2016.

DEAN, M. **Governmentality**: power and rule in modern society. Tradução de Ricardo Uebel. London: Sage, 1999.

DE LUCA, R. **Inclusão: normalização?** Colóquio do LEPSI IP/FE-USP, 2002, São Paulo. 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032002000400018&script=sci_arttext. Acesso em: 09 mai. 2011.

FERRER, R. M. O Acesso aos níveis mais elevados de ensino como garantia constitucional do aluno portador de altas habilidades. **Revista Eletrônica da UNESC**, Cacoal, Ano 2, n. 3, p. 1-12, 2004. Disponível em: http://www.unescnet.br/NIP/Edicao_Anterior/Revista_Eletronica3/ARTIGOS/TEXTO7.asp. Acesso em: 13 jan. 2012.

FOUCAULT, M. **Segurança território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 24 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

JELINEK, K. R. A prática discursiva das Altas Habilidades em Matemática. **Bolema**, Rio Claro, v. 27, p. 193-214, 2013a.

JELINEK, K. R. **A produção do sujeito de altas habilidades: os jogos de poder-linguagem nas práticas de seleção e enriquecimento educativo**. Porto Alegre: UFRGS, 2013, 212f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013b.

JELINEK, K. R. As altas habilidades e o imperativo da inclusão. In: VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática, 2013, Canoas. **Anais do VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática**. Canoas: ULBRA, 2013c.

JELINEK, K. R.; BELLO, S. E. L. Highly able mathematics learners from a pragmatic perspective of language. **International Journal for Research in Mathematics Education**, v. 4, p. 139-154, 2014.

KLEIN, R. R. Reprovação escolar: prática que governa. In: LOPES, M.; HATTGE, M. (Org.). **Inclusão Escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica, p. 149-168, 2009.

LOPES, M. C. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, M.; HATTGE, M. (Org.). **Inclusão Escolar**: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica, p. 107-130, 2009a.

LOPES, M. C. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 34, p. 153-169, 2009b.

MIGUEL, A. Pesquisa em Educação Matemática e mentalidade bélica. **Bolema**, Rio Claro, v. 19, n. 25, p. 1-16. 2006.

OSOWSKI, C. I. Os chamados superdotados: um fetichismo para fortalecer o sistema capitalista? **Revista Educação & Sociedade**, n. 38, p. 100-109, 1991.

RENZULLI, J. S. The three-ring conception of giftedness: a developmental model for creative productivity. In: STERNBERG, R. J.; DAVIDSON, J. E. (Eds.), **Conceptions of giftedness**. New York: Cambridge University Press, p. 53-92, 1986.

RENZULLI, J. S. The triad/revolving door system: a research based approach to identification and programming for the gifted and talented. **Gifted Child Quarterly**, 28, p.163-171, 1984.

SALLES, L. S. **Altas Habilidades/Superdotação**: um desafio. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. Secretaria do Estado do Paraná. 2009. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/3encontrogeahdeein.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2011.

TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. L. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 135-152, maio/ago. 2009.

VEIGA-NETO, A. Educar como arte de governar. **Currículos sem Fronteiras**, v.11, n.1, p. 5-13, jan/jun 2011.

VEIGA-NETO, A. Gubernamentalidad neoliberal: implicaciones para La educación. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 58, p. 213-235, set/dez. 2010.

VEIGA-NETO, A. Coisas do governo ... In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzchianas. Rio de Janeiro: DP&A, p.13-34, 2002.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V. & CASTELO BRANCO, G. (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, p. 179-217, 2000.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-964, out. 2007.

Submetido em maio de 2017

Aprovado em maio de 2017

